

Opinião

Auditoria: joio e trigo

Nelson Monteiro da Rocha

A missão das auditorias é dar transparência e credibilidade aos números apresentados pelas empresas e instituições. Para isso, normas estabelecem padrões e critérios objetivos na análise a ser procedida pelos profissionais da área. Nos últimos dias, verificamos diversas denúncias envolvendo grandes empresas de auditoria, como a multinacional Arthur Andersen no recente escândalo da americana Enron, e a KPMG, que volta ao cenário doméstico com a publicação da sentença condenatória dos réus do processo sobre a falência do Banco Nacional.

A partir desses fatos, alguns segmentos da sociedade passaram a questionar o trabalho desenvolvido pelas firmas de auditoria na certificação dos valores contábeis das empresas, com especial atenção às de capital aberto. Os investidores – sobretudo os pequenos – devem ter seu capital resguardado, uma vez que não participam ativamente da administração das companhias.

Casos isolados não podem comprometer a importância da transparência exigida tanto pelo sistema quanto pela sociedade. É preciso, sim, separar o joio do trigo. Ao contrário do que querem fazer crer alguns que não de-

sejam um controle efetivo, a cada dia a contabilidade desempenha um papel fundamental no processo de moralização de que o país tanto necessita.

Estudos comprovam a relevância da auditoria em uma nova ordem mundial de exigência, difundida por organismos como a Transparência Internacional e a Transparência Brasil. Países que têm maior quantidade de auditores em relação à população apresentam menos corrupção do que os demais. A Dinamarca – considerada uma das nações com menor índice de corrupção – apresenta 100 auditores para cada 100 mil habitantes, enquanto o Brasil conta com apenas oito profissionais para a mesma quantidade de pessoas. A estatística é extremamente significativa.

É necessário ampliar o universo das empresas auditadas no país, que não deve se restringir apenas às de capital aberto. As grandes empresas, mesmo as de capital fechado, devem prestar contas à população que adquire seus produtos. Isso significa soberania nacional, em seu conceito mais legítimo possível.

Nelson Monteiro da Rocha é presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro